PROGRAMA DE SUPORTE AO REFORÇO INSTITUCIONAL DO SECTOR EDUCATIVO (PRISE) 2026-2028

Proposta UNICEF e Banco Mundial

Praia, Cabo Verde - Fevereiro de 2026

Revisto em Março 2026

I. Contexto

Um consórcio UNICEF-BM foi selecionado pelo Governo de Cabo Verde em 22 de setembro de 2025 para implementar conjuntamente uma subvenção de suporte ao reforço institucional do sector educativo (*System Capacity Grant – SCG)* no valor de US$ 1 milhão. Deste montante total, 600 000 dólares serão executados pela UNICEF e 400 000 dólares pelo Banco Mundial. Uma nota conceitual, anexa a este documento, foi elaborada pelo Ministério da Educação e compartilhada com os parceiros de desenvolvimento para orientar a elaboração de propostas. Essa nota conceitual foi usada para desenvolver as atividades e o orçamento de fortalecimento de capacidade abaixo.

II. Atividades:

As áreas técnicas de apoio definidas no conceito serão partilhadas entre os parceiros da seguinte forma:

- Eixo 1: Produção e análise de dados e evidências → Banco Mundial
- Eixo 2: Planeamento sensível ao género e monitorização do setor → UNICEF
- Eixo 3: Diálogo setorial inclusivo → UNICEF
- Eixo 4: Gestão e eficiência dos recursos públicos → Banco Mundial

O Eixo 2 enquadra-se no âmbito da janela 1 da GPE, os eixos 3 e 4 no âmbito da janela 2 e o eixo 1 no âmbito da janela 3.

Cada parceiro será responsável pela contratação de consultores, empresas e prestadores de serviços, bem como pelo controlo de qualidade e validação técnica junto ao Ministério da Educação.

Eixo 1: Produção e análise de dados e evidências → Banco Mundial

Sob este eixo, o SCG buscará melhorar práticas e padrões de coleta e uso de dados, realizar trabalhos preparatórios essenciais para apoiar melhorias do EMIS e fortalecer a capacidade de analisar e utilizar dados na tomada de decisão e na formulação de políticas educacionais.

Atividade 1.1: Melhorar o processo de coleta e sistematização de dados

- Revisar práticas de coleta, armazenamento e análise de dados usando o Ed-DQAF da UNESCO e os padrões SABER-EMIS do Banco Mundial.
- Propor padrões para a gestão de dados educacionais, assegurando comparabilidade com indicadores regionais e globais. Por exemplo, será proposta uma definição padronizada para evasão escolar.
- Garantir alinhamento com as diretrizes da UNESCO para os indicadores do ODS 4, incluindo padrões de metadados para os indicadores produzidos pelo EMIS.

- Realizar sessões de informação com vários atores (incluindo equipes do nível central, para que, posteriormente, possam capacitar diretores e professores) sobre boas práticas de coleta e análise de dados.

Produtos: Procedimentos operacionais padrão para coleta, armazenamento e análise de dados desenvolvidos; sessões de informação organizadas.
Implementadores: DGPOG e DGCTM
Beneficiários-alvo: Ministério da Educação, tomadores de decisão no nível central, diretores de escola e professores
Cronograma: Ano 1: 6 meses. Ano 2: 6 meses.

Atividade 1.2: Fortalecer o Sistema de Gestão da Informação

- Realizar um diagnóstico do SIGE usando a ferramenta SABER-EMIS para dimensões-chave (ambiente habilitador, robustez do sistema, qualidade dos dados, uso de dados para tomada de decisão), comparando com práticas globais. Importante: o diagnóstico buscará identificar obstáculos ao preenchimento de todos os campos de dados no SIGE, incluindo carga horária das disciplinas, qualificações, informações sobre estudantes estrangeiros.
- Desenvolver um plano operacional para expandir e modernizar o SIGE e posicioná-lo como uma plataforma de gestão administrativa e acadêmica do setor educacional. O plano operacional preverá a incorporação de novos dados na sistematização (infraestrutura, deficiência, recursos educacionais, matrículas/evasão, crianças fora da escola, resultados de aprendizagem) e apoiará funcionalidades aprimoradas de exportação de relatórios e painéis de controle. O plano operacional integrará ações de sensibilização e de fortalecimento de capacidades voltadas a coordenadores de Ação Social e à FICASE para garantir o uso adequado do módulo de ação social. Além disso, o plano buscará abordar lacunas-chave do sistema, incluindo: falta de uso consistente do SIGE, recursos humanos limitados, e uso efetivo do SIGE. O plano operacional também definirá o apoio para o módulo sobre crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais).

Produtos: Diagnóstico do SIGE desenvolvido; Plano operacional para expansão e modernização do SIGE desenvolvido.
Implementadores: DGPOG e DGCTM.
Beneficiários-alvo: Ministério da Educação
Cronograma: Ano 1: 9 meses

Atividade 1.3: Reforçar capacidades para análise de dados

- Capacitar gestores e equipes técnicas (incluindo coordenadores de Ação Social e da FICASE) em análise estatística e interpretação de indicadores educacionais, incluindo uma perspectiva de gênero.
- Apoiar o desenvolvimento de painéis de dados intuitivos, baseados nas informações do EMIS e utilizando uma plataforma analítica adequada, como o Power BI, para promover uma cultura de tomada de decisão informada por evidências em todos os níveis do sistema.
- Organizar conferência nacional de estatísticas da educação em colaboração com CNES, INE e CNPD.

Produtos: Programa de capacitação com materiais de fortalecimento de capacidades desenvolvido; painéis de dados intuitivos desenvolvidos; conferência nacional sobre estatísticas da educação organizada.

Implementadores: DGCTM e DGPOG
Beneficiários: Ministério da Educação, CNES, INE, CNPD.
Cronograma: Ano 2: 2 meses. Ano 3: 9 meses.

Atividade 1.4: Apoiar o uso de dados para formulação de políticas

- Esclarecer necessidades de dados, incluindo as de tomadores de decisão-chave, tanto no nível central quanto nas ilhas.
- Avaliar como os dados coletados estão sendo utilizados tanto no nível central quanto nas ilhas, identificando lacunas e boas práticas.
- Desenvolver um plano de ação para aumentar e monitorar o uso de dados, incorporando sistemas automáticos como alertas precoces e relatórios inteligentes com apoio de IA, entre outros mecanismos de monitoramento.
- Prestar assistência técnica para apoiar a consolidação do sistema de avaliação, monitoramento e supervisão, notadamente por meio da estruturação e modelagem do Barômetro Nacional do Sistema Educativo.
- Prestar assistência técnica para preparar a implementação de avaliações internacionais de aprendizagem, conforme necessário.
- Prestar assistência técnica para apoiar o uso de dados para formulação de políticas educativas.

Produtos: Avaliação das necessidades de dados e das práticas de coleta de dados realizada; plano de ação para dados desenvolvido; AT prestada para o Barómetro Nacional do Sistema Educativo.
Implementadores: DGPOG e DGCTM.
Beneficiários: Ministério da Educação, DNE, SEPC/DGPOG, DGCTM e IGE.
Cronograma: Ano 1: 3 meses. Ano 2: 6 meses.

<u>Área 2: Planeamento sensível ao género e monitorização do setor → UNICEF</u>

Sob este eixo, o SCG irá reforçar práticas e mecanismos que assegurem a integração da perspectiva de género e da inclusão no planeamento e monitorização do setor educativo. As ações visam melhorar a capacidade institucional para incorporar indicadores transversais — género, inclusão e sustentabilidade com ênfase na resiliência climática — nos processos de planeamento, orçamentação e monitorização, garantindo políticas e práticas mais equitativas e baseadas em evidências. Este eixo também apoiará a elaboração do novo Plano Setorial da Educação (PEE 2027–2031), assegurando que as prioridades estratégicas refletem compromissos com igualdade de género, sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas.

Atividade 2.1 – Diagnóstico sobre a integração do género no planeamento e orçamentação

- Processo do Selo de Género e apoio institucional: Realizar a autoavaliação, validar dados de linha de base e produzir um relatório com recomendações e um plano de ação para melhoria.
- Estudo Diagnóstico sobre Integração de Género e Barreiras em STEM: Rever políticas e práticas, analisar currículos e infraestrutura e produzir um relatório sobre barreiras ao acesso dos rapazes e sobretudo das raparigas à educação STEM, com recomendações práticas.

Produtos: Relatório de diagnóstico (Selo de Género) realizado a nível central e descentralizado para avaliar a integração do género no planeamento e orçamentação; estudo sobre barreiras à inclusão das raparigas em STEM realizado.
Implementadores: Ministério da Educação, DGPOG
Beneficiários / Grupo-alvo: Ministério da Educação / Tomadores de decisão e gestores a nível central e municipal
Cronograma: Ano 1, 3 meses. Ano 2, 3 meses.

Atividade 2.2 – Reforço de capacidades em planeamento e orçamentação inclusivos e sensíveis ao género

- Reforço de capacidades apoiado pelo processo do Selo de Género: Fornecer formação direcionada para gestores e equipas técnicas a fim de fortalecer o planeamento e a orçamentação inclusivos e sensíveis ao género, assegurando a implementação efetiva dos planos de melhoria do Selo de Género.
- Workshop sobre a Lei n.º 47/2027: Organizar um workshop com decisores e equipas centrais e descentralizadas para cocriar mecanismos de monitorização da implementação das medidas que garantem o acesso à educação para alunas grávidas e jovens mães.
- Reforço da orientação vocacional sensível ao género e da inclusão educativa: apoiar o desenvolvimento de uma Estratégia nacional de Orientação Vocacional e respetivo Plano de Ação a fim de promover o acesso das raparigas às áreas STEM e prevenir o abandono escolar dos rapazes. Além disso, será fornecida assistência para atualizar o portal nacional para a orientação vocacional e profissional.

  Produtos: Plano de capacitação para planeamento e orçamentação sensíveis ao género, instrumentos nacionais para seguimento da implementação da Lei n.º 47/2027 disponíveis, estratégia para orientação vocacional e inclusão educativa consensualizada e validada.
  Implementadores: Ministério da Educação, DGPOG e DNE.
  Beneficiários / Grupo-alvo: Tomadores de decisão, equipas técnicas, centrais e descentralizadas (que irão multiplicar junto a gestores escolares, professores e orientadores vocacionais mas não no âmbito do SCG)
  Cronograma: Ano 1, 6 meses; Ano 2, 3meses.

Atividade 2.3 – Reforço das capacidades para monitorar e avaliar a resiliência climática das infraestruturas educativas.

- Estudo técnico sobre resiliência e sustentabilidade das infraestruturas educativas: Analisar a resiliência estrutural das infraestruturas educativas (delegações, escolas, e jardins,), sistemas de drenagem, acessibilidade, conforto térmico, segurança alimentar (hortas escolares) e preparação para desastres; desenvolver recomendações para políticas de educação sustentável; e desenhar um plano de monitorização e avaliação das condições de resiliência.
- Formação em identificação e seguimento da resiliência climática das infraestruturas educativas: Desenvolver e implementar um plano de formação sobre seguimento e avaliação do nível de resiliência das infraestruturas educativas para técnicos a nível central e desconcentrado e das câmaras municipais. As intervenções desta atividade serão realizadas em complementariedade com as atuações planeadas no quadro do trabalho do ministério de educação com UNESCO e Luxdev com enfoque na sustentabilidade e ação climática.

Produtos: Estudo técnico para avaliar e melhorar a resiliência climática e a sustentabilidade nas escolas; Atividades de formação e partilha de conhecimento sobre RRD e práticas sustentáveis implementadas.
Implementadores: Ministério da Educação, DGPOG, DNE
Beneficiários / Grupo-alvo: Técnicos dos Serviços Centrais da DGPOG, DNE e técnicos das estruturas locais (Delegações do Ministério da Educação e Câmaras Municipais)
Cronograma: Ano 1, 3 meses – Ano 2, 3 meses; Formação: Ano 2, 3 meses – Ano 3, 3 meses.

Atividade 2.4 – Elaboração do Plano Setorial da Educação (PEE) 2027–2031

- Avaliação do PEE atual (2022–2026): Analisar os resultados alcançados, lacunas e desafios, e produzir um relatório de avaliação com recomendações de melhoria.
- Diagnóstico exaustivo e elaboração do novo PEE (2027–2031): Recolher e analisar dados e tendências educativas, realizar consultas com partes interessadas para definir prioridades — incluindo temas transversais — e preparar as bases para o novo plano setorial.
  Produtos: Avaliação do PEE 2022–2026 realizada com relatório e recomendações; diagnóstico para definição de prioridades e bases do novo PEE 2027–2031 realizado.**Implementadores:** Ministério da Educação (ME), DGPOG **Beneficiários / Grupo-alvo:** Ministério da Educação e parceiros estratégicos **Cronograma:** Ano 1, 6 meses; Ano 2, 6 meses.

<u>Área 3: Promoção do diálogo setorial inclusivo → UNICEF</u>

Sob este eixo, o SCG irá fortalecer mecanismos de governação e coordenação entre governo e parceiros da educação, promovendo um diálogo setorial inclusivo e transparente. As ações incluem a atualização dos instrumentos operacionais do Grupo Local de Parceiros da Educação (GPLE), a formalização da Revisão Conjunta do Setor (RCS) e a criação de um sistema funcional de monitorização das políticas educativas, apoiado por ferramentas digitais. Este eixo também fomentará a participação multissetorial e comunitária, integrando áreas estratégicas como saúde, proteção social e meio ambiente, e assegurando diversidade e equidade nas políticas educativas. Serão organizados fóruns, workshops e consultas com crianças e adolescentes para garantir que as vozes dos grupos mais vulneráveis são consideradas na tomada de decisão.

Atividade 3.1 – Reforço da governação do Grupo Local de Parceiros da Educação (GPLE)

- Atualização dos instrumentos operacionais do GPLE: Rever e validar os mecanismos e critérios para escolha de Agência de Coordenação adaptados ao contexto de Cabo Verde e os regulamentos operacionais, incluindo regras para reuniões, quórum, processos de tomada de decisão, mecanismos de comunicação e medidas de transparência; aprovar formalmente os regulamentos e publicar o calendário anual de reuniões.
- Formalização do processo de Revisão Conjunta do Setor (RCS): Definir o quadro regulamentar e os procedimentos para a RCS, criar ferramentas para recolha e análise de dados setoriais, reforçar as capacidades dos pontos focais e incluir marcos e mecanismos de reporte de progressos.

- Realização de reuniões regulares do GPLE: Organizar duas reuniões gerais anuais e sessões temáticas ou extraordinárias conforme necessário para garantir coordenação contínua e acompanhamento das prioridades do setor.
  Produtos: Instrumentos operacionais do GPLE atualizados e validados (Regulamento funcionamento); Processo de Revisão Conjunta do Setor formalizado (Regulamento e Ferramentas de recolha de dados): Reuniões regulares do GPLE realizadas.
  Implementadores: Ministério da Educação (ME), Agência de Coordenação, GPLE Cabo Verde
  Produtos: Parceiros do setor educativo a nível local
  Cronograma: Ano 1, 6 meses; Ano 2, 3 meses; Ano 3, 3 meses.

Atividade 3.2 – Reforço do sistema de monitorização da implementação das políticas Educativas

- Realização de workshops e formações: Organizar workshops práticos e sessões de formação sobre indicadores, monitorização, gestão baseada em resultados e facilitação inclusiva, bem como produzir materiais de apoio.
- Fornecimento de assistência técnica e realizar workshops para a Revisão do Pacto de Parceria: visando a análise dos compromissos conjuntamente com os parceiros e consensualização de perspectivas para o futuro plano estratégico de educação.
- Realização da Revisão Conjunta do Setor (RCS): Organizar reuniões de análise setorial com parceiros para atualizar compromissos, preparar relatórios preliminares e finais e definir indicadores de desempenho. As intervenções previstas em relação à revisão setorial foram concebidas em complementaridade com as intervenções previstas no quadro do PAREP-CV, focando-se, neste programa, nas atividades descentralizadas, incluindo a participação da vereação municipal para área da educação e dos jovens.
- Promoção da transparência: Apoiar a dinamização dum espaço no site do Ministério de Educação para a publicação de relatórios e documentos relevantes, garantindo uma maior transparência e acessibilidade a documentos de suporte ao diálogo setorial e intersetorial.
  Produtos: Formação em indicadores e materiais de apoio desenvolvidos; Processos de revisão setorial operacionalizados (Pacto de Parceria e RCS) com relatórios preliminares e finais produzidos; repositório estruturado de relatórios e outros documentos relevantes disponível.
  Implementadores: Ministério da Educação (ME), DGPOG
  Beneficiários / Grupo-alvo: Ministério da Educação e parceiros do setor educativo
  Cronograma: Ano 2, 3 meses; Ano 3, 3 meses.

Atividade 3.3 – Promoção da participação multissetorial para a diversidade e equidade

- Estabelecer e dinamizar um Comité Multissetorial e uma Comunidade de Prática: Elaborar os instrumentos operacionais do Comité Multissetorial com foco na diversidade e equidade; organizar reuniões de coordenação e três fóruns anuais. Realizar workshops técnicos no âmbito de uma Comunidade de Prática para apresentar evidências e boas práticas; e formular recomendações para integração intersetorial (saúde, proteção social e ambiente) com base em dados.

Produtos: Comité Multissetorial técnico e Comunidade de Prática ativos com recomendações e planos de trabalho intersetoriais e em que será verificada a paridade na participação de homens e mulheres e paridade nas lideranças dos Comités (60/40).
Implementadores: Ministério da Educação
Beneficiários / Grupo-alvo: Ministério da Educação e parceiros locais da educação
Cronograma: Ano 1, 3 meses; Ano 2, 3 meses

Área 4: Gestão e eficiência dos recursos públicos na educação

Este eixo visa fortalecer a gestão e a eficiência dos recursos públicos da educação em Cabo Verde por meio de planeamento, alocação e monitorização transparentes e baseados em evidências, alinhados às metas estratégicas do setor e às novas reformas, com atualizações focalizadas em equidade, eficiência e resultados.

Atividade 4.1: Reforçar o planeamento orçamental

- Revisão e atualização do Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP), com projeções financeiras plurianuais alinhadas às metas estratégicas do setor e às recomendações da PER. O QDMP e a metodologia para elaborar os planos orçamentais anuais estarão alinhados com a preparação do próximo Plano do Setor da Educação.
- Desenvolver uma metodologia para elaborar planos orçamentais anuais detalhados por nível de ensino e programas, com objetivos específicos por concelho/unidade educativa, sensíveis ao género e à inclusão. O trabalho teria um forte enfoque nas estruturas desconcentradas e no reforço das capacidades a esse nível.

Produto: QDMP com projeções plurianuais e atualizações anuais, metodologia para elaborar planos orçamentais anuais.
Implementadores: DGPOG
Cronograma: 6 meses durante o período de execução do projeto

Atividade 4.2: Aumentar a transparência e a prestação de contas (SIGOF - Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira).

- Desenvolver um plano para a divulgação de dados detalhados da execução orçamental, desagregados por tipo de despesa, região e nível de ensino, incluindo relatórios programáticos alinhados aos objetivos estratégicos – por exemplo, através do capítulo do anuário estatístico sobre os dados do orçamento do setor.
- Garantir o envolvimento das partes interessadas chaves do setor.

Produto: Plano de divulgação de dados da execução orçamental
Implementadores: DGPOG
Cronograma: Contínuo (com marcos trimestrais).

Atividade 4.3: Fortalecer o Monitoramento e Avaliação Financeira

- Atualizar a Revisão de Despesas Públicas (PER) de 2019 e o Estudo de Transferências Públicas no Setor de Educação, avaliando eficiência, equidade e alinhamento dos gastos às prioridades setoriais; realizar “deep-dives” em sub-setores prioritários (p. ex., pré-escolar).

- Criar métricas para monitorar despesas por estudante/sexo, custo por nível de ensino, eficiência de programas e viabilidade financeira de projetos; orientar alocação de recursos para regiões com maiores desigualdades.
- Expandir e adaptar o uso do SIGOF ao setor educativo, incluindo desenvolvimento de dashboards e um módulo automatizado de acompanhamento da gestão orçamental e financeira, com análises em tempo real e alertas para prevenção de desperdícios.

Produto: Relatório PER atualizado com recomendações e roteiro de implementação, Conjunto de indicadores e dashboards no SIGOF
Implementadores: DGPOG
Cronograma: Ano 1, 3 meses (PER); Ano 1, 6–9 meses (SIGOF e métricas)

Atividade 4.4: Capacitar Gestores e Técnicos

- Capacitar estatísticos, economistas e gestores nas metodologias de PER, análise aplicada de despesas educacionais e geração de evidências, com enfoque em igualdade de género e inclusão.
- Fortalecer competências em gestão orçamental e financeira, sistematização de dados e análise de indicadores para decisões baseadas em evidências; treinar em redução de desperdícios e combate a ineficiências.
- Promover cultura de responsabilidade e uso de ferramentas digitais (SIGOF e dashboards) para monitoramento e reporte.

Produto: Oficinas de formação realizadas; equipe do Ministério capacitada.
Implementadores: DGPOG.
Cronograma: 6 meses durante o período de execução do projeto

Atividade 4.5. Mobilizar Recursos Adicionais e Parcerias

- Incentivar PPPs e colaborações com empresas, ONGs e parceiros internacionais, alinhadas às prioridades educacionais e aos princípios de custo-efetividade.
- Divulgar os resultados do PER às autoridades e aos parceiros de desenvolvimento e defender a disponibilização de recursos adequados;
- Incentivar parceiros para fortalecimento do ensino experimental, através da modernização e equipamento de laboratórios das ciências e das línguas nas escolas secundárias

Produto: Portfólio de parcerias e projetos mobilizados.
Cronograma: Contínuo.
Orçamento estimado: Sem custo adicional direto (mobilização via coordenação setorial).

III. Custos de implementação

Na implementação do projeto serão consideradas atividades transversais aos quatro eixos, incluindo comunicação e visibilidade, seguimento e avaliação final, com um custo total previsto de aproximadamente 10% do total do projeto.

Para UNICEF, os custos administrativos para a execução de programas do tipo enquadram-se nos padrões utilizados no país e pelas organizações UNDP, UNFPA, UNICEF e rondam, em média, os 7% para a parte que executa. Este montante equivale a USD 42,000.

A taxa administrativa cobrada pelo BM será de apenas 1,75% dos fundos implementados pelo BM por acordo entre a GPE e o BM. Este montante equivale a USD 7,000.

IV. Sustentabilidade

O UNICEF e Banco Mundial estão comprometidos em garantir a sustentabilidade de suas intervenções programáticas. Para esse fim, sempre que um consultor é contratado, um plano de transferência abrangente será desenvolvido e implementado, assegurando que o conhecimento e os processos sejam efetivamente transferidos para o Governo. Além disso, atividades de capacitação direcionadas serão sistematicamente oferecidas ao pessoal do Ministério a nível central como local para incorporar as inovações introduzidas em termos produção e análise de dados, de planeamento sensível às questões de género, inclusão das questões de mudanças climáticas na prática quotidiana de gestão e de monitorização, equipando-os com as habilidades e ferramentas necessárias para manter e desenvolver ainda mais as intervenções após a conclusão da consultoria.

As medidas de sustentabilidade incluirão a formação sistemática e a orientação dos técnicos. No que diz respeito à revisão/avaliação setorial conjunta e anual, a sua normatização assegurará a sua institucionalização e integração no processo de formulação de políticas e planos estratégicos da educação. Essa abordagem não apenas promove a apropriação institucional, mas também fortalece o impacto e a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas apoiadas pelo Banco Mundial e UNICEF.

Além disso, o UNICEF Cabo Verde integrado no *Joint Office* UNDP, UNFPA e UNICEF, tem acesso e pode recorrer a redes de *expertise* a nível regional dessas três organizações, que poderão apoiar nas áreas de dados e evidências, planeamento e orçamentação sensível ao género, e promoção do diálogo entre parceiros contribuindo para o reforço das capacidades institucionais do Ministério da Educação. O acompanhamento de proximidade e a articulação permanente com o ME, numa lógica de implementação com base nacional, realizados pelo UNICEF, contribuem para a apropriação a nível central e local, bem como para a continuidade das ações após o término do financiamento.

A prática educativa do BM também partilhará conhecimentos de regiões de todo o mundo e, se necessário, reforçará as capacidades em áreas específicas. O BM acumulou uma experiência reconhecida no domínio do financiamento da educação e está a apoiar várias iniciativas, incluindo o Education Finance Watch, um esforço de colaboração entre o Banco Mundial, o Relatório de Monitorização Global da Educação (GEM) e o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) para monitorizar o financiamento da educação a nível mundial. O Banco Mundial também desenvolveu diretrizes para a análise das despesas públicas em educação (*Public Expenditure Reviews)* e realizou uma em Cabo Verde em 2019, cujas conclusões podem ser interessantes para uma análise mais aprofundada.

Na execução do Programa, será também promovida a colaboração interinstitucional, tanto no âmbito do Grupo Local de Parceiros da Educação como no âmbito do Comité Intersectorial instituído, que promove a coordenação intersectorial para o Desenvolvimento da Primeira Infância em Cabo Verde,

congregando os Ministérios das Finanças, da Família e Desenvolvimento Social e Inclusão, da Educação e da Saúde. Os custos de recolha e sistematização de dados, assim como de revisão/avaliação setorial conjunta anual, deverão ser incluídos no orçamento do Estado, à semelhança do que acontece com o Conselho do Ministério. Ao reforçar a capacidade local e construir parcerias estratégicas, o programa visa não só sustentar, mas também expandir o modelo de planeamento e gestão participativos, orientados para resultados, sensíveis ao género e inclusivos, garantindo uma educação de qualidade para todas as crianças em Cabo Verde.

V. As ações e sua relação com os fatores facilitadores por área de intervenção

Aqui estão as prioridades atribuídas aos fatores facilitadores enquanto fatores transformadores para continuar a melhorara qualidade da educação em Cabo Verde, confirmados pelo Grupo Consultivo Técnico Independente (ITAP):

Fatores favoráveis	Prioridade definida pela equipa país	Prioridade ITAP
Dados e evidências	Média	Média
Planeamento, políticas e monitoramento do setor com enfoque de gênero	Média	Média
Diálogo setorial inclusivo e ação coordenada	Média	Média
Volume, equidade e eficiência dos gastos públicos nacionais em educação	Alta	Média
Financiamento coordenado	Baixo	Baixo

Eixo 1 (Dados e evidências): As atividades apoiarão o desenvolvimento de padrões rigorosos para a coleta, o armazenamento e o uso de dados, alinhados às melhores práticas internacionais. Além disso, as atividades propostas abordarão desafios centrais do EMIS e fortalecerão a capacidade dos atores para compreender melhor seus papéis em relação ao EMIS e como usar os dados para melhorar o acesso e os resultados de aprendizagem. Importante ressaltar que os diagnósticos, planos e capacitações desenvolvidos neste pilar terão um forte foco na inclusão, garantindo que dados sobre temas-chave como gênero e deficiência não apenas sejam coletados com precisão, mas também utilizados para informar decisões que promovam a equidade na educação.

Eixo 2 (Planeamento, políticas e monitoramento do setor com enfoque de gênero): Apesar de alguns avanços no planeamento e monitoramento com enfoque de género, ainda existem lacunas como a falta de medidas sistêmicas e conhecimento sobre o impacto das desigualdades. Para enfrentar esses desafios este eixo permitirá ao Ministério da Educação beneficiar da iniciativa *Gender Seal* do PNUD, reforçando capacidades práticas institucionais e pedagógicas que promovam igualdade, incluindo incentivo às meninas em áreas técnicas e científicas. Além disso, dará suporte na integração das questões climáticas no planeamento escolar, com ferramentas para avaliar riscos e criar planos de resiliência, e contribuirá para a elaboração do novo plano estratégico 2027-2030, garantindo continuidade às reformas educativas.

Eixo 3 (Diálogo setorial inclusivo e ação coordenada): O Grupo Local de Parceiros da Educação (GLPE) é o principal mecanismo de coordenação do setor educativo em Cabo Verde. Liderado pelo Ministro da Educação, atua sobretudo na partilha de informações, mas a sua autoavaliação evidencia a necessidade de um mandato mais claro, maior envolvimento no monitoramento do financiamento e revisões regulares do progresso. Para enfrentar esses desafios, as atividades deste eixo permitirão o Ministério da Educação fortalecer o GPLE, atualizando e formalizando os seus instrumentos de funcionamento, criando uma agenda anual, institucionalizando a Revisão Setorial Conjunta como espaço de diálogo multissetorial e estabelecendo um sistema de partilha de informações e documentos que assegure transparência e melhor acompanhamento das políticas educativas.

Eixo 4 (gestão/volume de recursos públicos): as atividades reforçarão a capacidade do Ministério por meio de uma análise mais aprofundada dos dados financeiros, permitindo verificar se os recursos são adequados para financiar as reformas e planos do setor e avaliar o grau de alinhamento das despesas com o Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP). Em paralelo, a análise da expansão do SIGOF, com painéis de controlo e monitorização automatizada e apoiada por métricas de equidade (por aluno, por sexo, por nível e por região), fornecerá diagnósticos mais precisos e sustentará decisões baseadas em evidências. Por fim, o Eixo 4 promoverá a disseminação dos dados do SIGOF para aumentar a transparência, assegurando maior acessibilidade e uso dos dados orçamentais por decisores e parceiros.

VI. Relação custo-benefício

A proposta representa uma boa relação custo-benefício, pois se concentra em facilitadores comprovados, em nível de sistema, que melhoram a eficiência, a equidade e a resiliência da aprendizagem a um custo relativamente baixo, com forte apropriação nacional. Globalmente, o reforço do EMIS utilizando o SABER-EMIS e quadros de qualidade de dados está associado a uma melhor coerência das políticas, informações oportunas e uma alocação mais inteligente dos recursos; os países que criam um ambiente propício, solidez do sistema, qualidade dos dados e utilização dos dados observam ganhos mensuráveis na eficiência da gestão e nos resultados da educação, tornando as atualizações do EMIS e os SOPs baseados em diagnósticos um investimento rentável.

Da mesma forma, o planeamento e orçamentação sensíveis ao género estão «incorporados» no modelo operacional da PME e demonstraram melhorias na equidade e inclusão em todos os países

parceiros, com o uso crescente de dados e análises de género e uma parcela crescente de subsídios focados no género, ressaltando uma alta probabilidade de sucesso para os esforços propostos de diagnóstico, capacitação e integração.

No que diz respeito à coordenação setorial, a experiência dos países que implementam programas em parceria com o PME mostra que os Grupos Locais de Educação formalizados e as Revisões Setoriais Conjuntas melhoram a responsabilização mútua, alinham os parceiros em torno de evidências e reforçam a monitorização dos planos setoriais, resultando em ganhos de eficiência e redução dos custos de transação.

No que diz respeito às finanças públicas, as revisões das despesas públicas e os quadros orçamentais de médio prazo melhoram a eficiência e a equidade das despesas e reforçam a transparência fiscal, apoiando uma melhor alocação por necessidade (por exemplo, por aluno, por sexo e por nível).

Por fim, os investimentos em escolas resilientes às alterações climáticas proporcionam altos retornos, evitando a perda de aprendizagem e protegendo os ativos.

VII. Integração da igualdade de género no programa e principais desafios

O programa está alinhado com o ODS 5 e com as políticas nacionais que promovem a transversalização da abordagem de género na planificação, orçamentação, execução de planos e na monitorização, em todos os setores (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável II, Plano Nacional da Igualdade de Género), reconhecendo que as desigualdades de género afetam o acesso, a qualidade da educação bem como a gestão ao perpetuar estereótipos. O programa integra por um lado, output, atividades e indicadores de género. Por outro, preconiza a desagregação por sexo na maioria dos indicadores, particularmente nos referentes a formação bem como a transversalização de género no sistema de monitoramento e avaliação, assegurando os ajustes necessários para promoção da igualdade de gênero.

VIII. Riscos e estratégias de mitigação

Riscos	**Estratégias de mitigação**
Resistência à implementação de novas práticas e políticas educativas	Realizar campanhas de sensibilização e formação para promover a aceitação das mudanças entre gestores, professores e comunidades.
Limitações financeiras para sustentar as intervenções propostas a longo prazo.	Diversificar fontes de financiamento, estabelecendo parcerias com o setor privado e organizações internacionais.
Desigualdades regionais que dificultam a execução uniforme do projeto.	Dar prioridade na implementação às regiões mais vulneráveis, garantindo suporte técnico adicional e monitoramento contínuo.
Dificuldades em obter engajamento de todos os atores do setor educativo	Criar plataformas de participação inclusivas para envolver diferentes atores e promover a

	transparência no processo de tomada de decisão.
Instabilidade política ou socioeconómica que impacta o ambiente educacional.	Monitorar constantemente o contexto político e socioeconómico, ajustando as intervenções de forma permanente para garantir a continuidade do projeto. Logo após as eleições de maio de 2026, estabelecer contato com o governo para mitigar os riscos políticos.
O risco de SEAH ainda que considerado relativamente limitado	Todos os consultores e prestadores de serviço engajados deverão ter clausula no contrato relativamente a tolerância zero a SEAH
Capacidade limitada do Ministério da Educação devido a equipes pequenas que trabalham em vários projetos	As atividades serão otimizadas por meio de equipes técnicas, será prestado apoio prático pelos UNICEF e BM e as reuniões serão limitadas às essenciais.

IX. Marco de Resultados

Produção e análise de dados e evidências (Eixo 1)				
Lógica do Projeto	**Indicadores**	**Linha de Base**	**Meta (2028)**	**Meios de Verificação**
Resultado 1: A melhoria do SIGE é iniciada e operacionalizada através de um diagnóstico completo e da institucionalização da governança de dados.	Diagnóstico do SIGE concluído	Não	Sim	Relatório de diagnóstico
Produto 1.1 Desenvolver procedimentos operacionais padrão para coleta e sistematização de dados educativos	Procedimentos operacionais padrão para coleta e sistematização de dados desenvolvidos	Não	Sim	Atualização manual de procedimentos operacionais padrão para coleta e sistematização de

				dados desenvolvidos
Produto 1.2 Reforçar capacidades para recolha, análise ou use de dados educativos	Número de funcionários beneficiados por capacitação para melhorar a capacidade de recolher, analisar dados ou usar dados para tomada de decisão (desagregados por sexo)	22 (2024)	30 (pelo menos 50% mulheres)	Lista de participantes do workshop e/ou relatório do workshop, desagregados por sexo
Planeamento Sensível ao Género e Monitorização Setorial (Eixo 2)				
Lógica do Projeto	**Indicadores**	**Linha de Base**	**Meta (2028)**	**Meios de Verificação**
Resultado 2: Planeamento e orçamentação sensíveis ao género e inclusivos integrados a nível central e desconcentrado.	% de planos do Ministério da Educação a nível central e desconcentrado que integram perspectiva de género e inclusão	A ser determinada na fase de diagnóstico	70%	Planos de ação, de monitorização, de orçamento, relatórios do Ministério da Educação
Produto 2.1: Diagnóstico realizado a nível central e desconcentrado para avaliar a integração de género no planeamento e orçamentação	Diagnóstico realizado e validado % de serviços centrais e desconcentrados que participam no diagnóstico e integram as recomendações do mesmo	0 0	1 diagnóstico validado e disseminado 70%	Nota de validação do ME Relatório de diagnóstico e recomendações Lista de serviços de profissionais envolvidos, desagregado por sexo Relatórios de implementação das recomendações
Produto 2.2: Plano de desenvolvimento de capacidades implementado para	Nº de dirigentes e técnicos formados em planeamento sensível	0	80 (pelo menos 50% mulheres)	Folhas de presença, relatório de formação,

dirigentes e técnicos a nível central e desconcentrado para integrar género e inclusão	ao género e inclusão (desagregado por sexo)			
Produto 2.3. Estudo técnico realizado para avaliar e melhorar a resiliência climática e a sustentabilidade nas escolas	Diagnóstico realizado e validado	Não	Sim	Relatório técnico sobre resiliência climática escolar produzido e disseminado Lista de infraestruturas abrangidas
Produto 2.4: Plano Setorial da Educação (PEE 2027–2031) desenvolvido, integrando diagnóstico atualizado do sistema educativo, indicadores transversais de género, inclusão, sustentabilidade, diversidade e resiliência	PEE 2027–2031 elaborado e validado	Não	Sim	PEE (documento final), nota de aprovação do Ministério Todos os eixos incluem indicadores desagregados por sexo e o plano integra pelo menos um indicador específico de género
Promoção do Diálogo Setorial (Eixo 3)				
Lógica do Projeto	**Indicadores**	**Linha de Base**	**Meta (2028)**	**Meios de Verificação**
Resultado 3: Diálogo setorial inclusivo, coordenado e transparente estabelecido e operacional a nível central e desconcentrado nos Concelhos	1. Número de encontros setoriais em que são discutidas e revistas políticas e medidas estratégias com base mecanismos colaborativos e inclusivos	1 (2025)	20	Memorando e lista de presenças nos encontros nacionais e concelhios Relatórios e outros documentos de revisão de políticas

Produto 3.1: Governação do GPLE fortalecida com instrumentos operacionais atualizados e processo RCS formalizado	1. Instrumentos operacionais (regulamentos atualizados e aprovados) 2. Nº de reuniões regulares do GPLE realizadas	0 2(2025)	1 6 (sendo 2 por ano 2026-2028)	Notas de validação, de regulamentos funcionamento e de escolha de Agência de Coordenação Atas de reuniões, registos de presença desagregados por sexo e função
Produto 3.2: Sistema funcional de monitorização da implementação das políticas educativas estabelecido	Nº de Relatórios anuais de Revisão Setorial Conjunta produzidos integrando subsídios de reflexões a nível desconcentrado e disseminados aos parceiros	0	3	Relatórios de Análise setorial conjunta; Aide-mémoire dos encontros de Revisão Setorial Conjunta; Memorando dos encontros concelhios de reflexão e preparação da Revisão Setorial Conjunta Nacional
Produto 3.3: Participação multissetorial promovida para reforçar diversidade e equidade nas políticas educativas	1. Nº de fóruns e comités multissetoriais estabelecidos e operacionais e integrando a participação de adolescentes e jovens e operacionais	0	22	Relatórios dos fóruns e encontros dos comités; listas de presenças, desagregadas por sexo e funções
Gestão/volume de recursos públicos (Eixo 4)				
Resultado 4: A gestão financeira pública na educação é reforçada através de um orçamento baseado em dados concretos e de um acompanhamento	Relatório de PER desenvolvido	Não	Sim	Correio de aprovação do Ministério, Relatório de PER

transparente da execução.				

X. Arranjos institucionais e coordenação:

A coordenação geral do projeto será liderada pela UNICEF Cabo Verde através do seu Representante e, quando necessário, do Representante Adjunto. A UNICEF, por meio do Gestor do Portfólio de Educação, será responsável por organizar reuniões, preparar relatórios e partilhar informações, em estreita coordenação com o Banco Mundial.

Haverá reuniões semestrais entre os Representantes da UNICEF e do Banco Mundial para a coordenação geral. A coordenação entre as equipas de Educação do Banco Mundial e da UNICEF Cabo Verde ocorrerá quinzenalmente e sempre que necessário, para discutir questões técnicas e operacionais.

A gestão técnica e operacional será partilhada entre a UNICEF Cabo Verde e o Banco Mundial. A tomada de decisão será conjunta, baseada no princípio da não objeção:

- Para decisões técnicas específicas de cada eixo, será exigida a não objeção apenas da entidade responsável por esse eixo.
- Para decisões estratégicas e transversais que afetem mais do que um eixo, será realizada deliberação conjunta entre a UNICEF e o Banco Mundial.

A validação institucional será realizada pela contraparte governamental, em consulta com um dos Agentes de Financiamento (para decisões técnicas) ou com ambos (para decisões estratégicas e transversais). Ambos os Agentes de Financiamento têm o dever de informar-se mutuamente sobre decisões específicas e técnicas tomadas com a contraparte nacional.

Haverá coordenação contínua com a equipa de gestão do Programa de Apoio à Reforma da Educação Prioritária (PAREP-CV) para evitar duplicações e atrasos nas atividades e garantir complementaridade.

Sempre que necessário, o Grupo Local de Parceiros da Educação (GLPE) será envolvido, de acordo com as diretrizes existentes do Global Partnership for Education (GPE).

Estas disposições serão incluídas num manual de operações simples, a ser desenvolvido conjuntamente pela UNICEF e pelo Banco Mundial, com a colaboração da contraparte nacional, quando necessário. O manual detalhará os procedimentos de coordenação e validação, tendo em conta as orientações já recomendadas pelo GPE.

XI. Responsabilidades fiduciárias e financeiras:

UNICEF: Assinará um acordo de agente de financiamento com o GPE para os eixos 2 e 3 para um montant global de USD600,000. Os fundos serão transferidos para o Ministério da Educação sob a Modalidade de Implementação Nacional (NIM), utilizando a abordagem Harmonized Cash Transfer

(HACT). A UNICEF supervisionará os desembolsos e será responsável pelo reporte fiduciário desta parte do financiamento.

Banco Mundial: Assinará um acordo de agente de financiamento com o GPE para as áreas 1 e 4, executando os fundos através de um Fundo Fiduciário administrado pelo Banco para um montante global de USD400,000. Os fundos permanecerão no Banco Mundial, que será responsável pela contratação, desembolso e reporte fiduciário. O Ministério não terá responsabilidades fiduciárias relativamente a esta parte.

XII. Relatórios e prestação de contas:

Relatórios financeiros e técnicos serão preparados semestralmente por cada entidade, de acordo com sua parcela do financiamento, e consolidados num relatório único.

Os relatórios serão partilhados antecipadamente com o Ministério da Educação para informação e validação, antes de serem enviados ao GPE. A comunicação institucional será realizada através de canais formais e regulares.

O relatório anual será previamente acordado entre a UNICEF, o Banco Mundial e o Ministério da Educação e submetido pela UNICEF na plataforma disponibilizada pelo GPE.

XIII. Gestão de conflitos e contingências:

A resolução de conflitos basear-se-á no diálogo direto entre as partes. Caso não seja alcançado consenso, o Ministério da Educação e o Grupo Local de Parceiros da Educação (GLPE) serão chamados a mediar. Para situações que ultrapassem estas instâncias, seguir-se-ão os procedimentos estabelecidos pelo GPE, com envolvimento do Secretariado quando aplicável.

XIV. Comunicação sobre o impacto do projeto e visibilidade dos doadores.

O projeto promoverá a comunicação dos impactos de suas atividades e a visibilidade dos doadores, apresentando sistematicamente conquistas e progressos nas suas atividades principais. Por meio de estratégias de comunicação coordenadas — incluindo atualizações regulares de progresso, eventos de envolvimento de parceiros, blogs e narrativas multimédia — o projeto destacará resultados e o papel fundamental das contribuições dos doadores.

Ao integrar ações de visibilidade nas atividades setoriais e ao aproveitar os canais de comunicação da UNICEF, do Banco Mundial e do GPE, o SCG garantirá transparência na comunicação, celebrará marcos alcançados e reforçará a importância do apoio dos doadores para o avanço do setor da educação em Cabo Verde. Em todas as comunicações e iniciativas de visibilidade, o Global Partnership for Education (GPE) será reconhecido de forma destacada para assegurar o devido reconhecimento do seu apoio.

Anexo 1: Orçamento Detalhado (Arquivo Separado)

Anexo 2: Nota Conceptual

Preparação do Programa de Suporte ao Reforço Institucional ao Sector Educativo

Nota conceptual

Este documento é elaborado no âmbito da preparação do programa (SCG) de apoio ao reforço institucional ao sector educativo, com base nos desafios e progressos identificados em quatro áreas prioritárias: dados e evidências, planificação com enfoque no género, diálogo setorial e gestão de gastos públicos. Resulta de um processo detalhado de avaliação do setor, que, durante a fase de preparação, identificou as principais bases para a reforma educacional prioritária em Cabo Verde.

Índice

1. **Contexto** 23
2. **Os objetivos do programa** 25
3. Componentes do projeto 26
3.1. Eixo 1: **Produção e análise de dados e evidências** 26
3.2. Eixo 2: **Planeamento sensível às questões de género e outras questões transversais** 29
3.3. Eixo 3: **Diálogo setorial inclusivo** 33
3.4 Eixo 4: **Gestão e eficiência dos recursos públicos** 36
4. Teoria de Mudanças 39
4.1. Cadeia de mudanças esperadas 44
4.2. Riscos e estratégias de mitigação 44
5. **Disposições institucionais para a execução, o acompanhamento e a avaliaçãodo programa adicional de reforço institucional.** 45

1. Contexto

Desde março de 2023, Cabo Verde, com o apoio de seus parceiros e em alinhamento com o modelo operacional da Parceria Mundial para a Educação (PME) 2025, iniciou o processo de conceção e submissão do Programa Prioritário de Educação cujo objetivo é melhorar a inclusão e a qualidade da aprendizagem no subsistema da Educação Pré-escolar e no primeiro ciclo do Ensino Básico Obrigatório, que mereceu a anuência do Fundo Global para a Educação.

Para consolidar a sua elegibilidade ao financiamento, o país desenvolveu dois documentos estratégicos fundamentais, nomeadamente: i) a Análise de Fatores Facilitadores e ii) o Pacto de Parceria. A análise dos fatores facilitadores revelou os progressos alcançados e os desafios estruturais do setor da educação, destacando a necessidade de intervenções em quatro áreas prioritárias, a saber:

1. Produção e análise de dados e evidências: extensão do SIGE em todos os subsistemas, com a integração de dados sobre crianças com necessidades educativas especiais e reforço de análise específica que identifique eventuais disparidades de género. Com isso, garante-se produzir informações consistentes e céleres de suporte à formulação de políticas.
2. Planeamento sensível às questões de género e apoio do acompanhamento regular do setor : (i) promoção de igualdade de género e inclusão em todos os níveis de ensino, com foco na capacitação de gestores e professores com vista a combater estereótipos de género e implementar medidas direcionadas para as populações vulneráveis, garantindo a retenção de estudantes e profissionais da educação; (ii) Criação do serviço de Seguimento e Avaliação (S&A) de políticas públicas em educação, através da sua criação efetiva de um sistema de seguimento e monitorização, dotado de meios adequados ao desenvolvimento das suas funções, nomeadamente para o acompanhamento e avaliação da implementação do Plano Estratégico de Educação (PEE-2022-2026).
3. Diálogo setorial inclusivo: Fortalecimento do Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE) e institucionalização de Revisões Setoriais Conjuntas (RSC) anuais, que incluam debates sobre desafios da igualdade de género no sistema educativo;
4. Gestão e eficiência dos recursos públicos: Melhoria na alocação de recursos financeiros e humanos, mediante a implementação de orçamentação sensível ao género, com foco na equidade, eficiência e monitoramento do impacto diferencial entre rapazes e raparigas

A versão final do Pacto de Parceria, apresentada em setembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração da PME, marcando o compromisso de todas as partes envolvidas. Este pacto tem como prioridade a promoção da igualdade de género, a universalização da Educação Pré-escolar e a qualidade das aprendizagens no 1.º ciclo do Ensino Básico Obrigatório (EBO), considerando o impacto positivo das competências adquiridas nos primeiros anos de escolaridade sobre os ciclos subsequentes.

Em outubro de 2024, o Ministério das Finanças de Cabo Verde, em parceria com o PNUD e o Programa Pro-PALOP TL, procedeu ao desenvolvimento do seminário de Capacitação em Orçamentação Sensível ao Género (OSG), bem como a apresentação da iniciativa global do Selo

de Igualdade de Género para Instituições Públicas. As áreas de intervenção são: (i) Planeamento e gestão para a igualdade de género; estrutura e competências da igualdade de género; (iii) ambientes de trabalho que possibilitam a igualdade de género; (iv) participação, parcerias e responsabilidades e (v) resultados e impactos das políticas públicas.

A adesão a essa iniciativa constitui um marco significativo dos esforços de Cabo Verde para implementar reformas que promovam a igualdade de género na governação económica e transparência na gestão das políticas públicas. Essa iniciativa garante às instituições suporte no desenvolvimento de cada etapa do processo de obtenção do selo de igualdade de género, o acesso a ferramentas inovadoras de orçamentação sensível ao género, a orientação personalizada e medição do progresso de acordo com os standards internacionais validados. No âmbito de desenvolvimento e execução do presente projeto considera-se que a adesão do Ministério de Educação a esta iniciativa representa uma oportunidade para atingir os objetivos propostos em vista promover uma efetiva igualdade de género.

Cabo Verde foi declarado elegível para duas vertentes de financiamento da PME:

1. **1 milhão de dólares** para o Reforço das Capacidades do Sistema (SCG);
2. **5 milhões de dólares** para a Transformação do Sistema (STG);

Estas intervenções estão ancoradas em recomendações do Grupo Consultivo Técnico Independente (ITAP), que realçam a importância do aprofundamento da análise de género, a melhoria do uso de dados para monitoramento de políticas e o fortalecimento da coordenação entre os serviços centrais e descentralizados. Estes elementos integram a componente de reforço da governação e gestão do sistema educativo.

2. Os objetivos do programa

O objetivo deste programa é complementar o PAREP-CV, fortalecendo a capacidade institucional e operacional do Ministério da Educação de Cabo Verde em vista a implementar reformas estruturantes capazes de promover a transformação do sistema educativo e alcançar os compromissos estabelecidos no Pacto de Parceria.

A definição deste objetivo resulta da necessidade de apoiar o governo no reforço do desenvolvimento de capacidades institucionais em matéria de gestão, planeamento e seguimento & avaliação do sector, numa ótica de transversalização da abordagem de género, e o seu alinhamento com o modelo de gestão do sector educativo.

Um dos desafios do país consiste em assegurar a formação permanente das equipas técnicas, tanto para o planeamento e gestão, bem como para atender a certos temas prioritários. Isto requer a identificação e qualificação constante de profissionais a nível nacional e concelhio com vista a assegurar a liderança e gestão dos processos político, técnico-administrativo e pedagógico em linha com as opções estratégicas do sistema educativo.

Neste contexto, o projeto tem como objetivo complementar o PAREP-CV, com foco no fortalecimento da gestão e governança do setor educativo a nível macro, médio e micro. Para isso, busca aprimorar as condições dos serviços, qualificar recursos humanos especializados em gestão e planeamento educacional, fortalecer a gestão financeira e orçamental com uma abordagem sensível ao género, além de aprofundar o domínio de temas transversais e aprimorar o seguimento e a avaliação das políticas educativas. Outrossim, integra a intersetorialidade como aspeto chave com foco na equidade de género, qualidade e inclusão como princípios irrenunciáveis dos sistemas educacionais.

Além disso, preconiza-se dotar os serviços centrais e desconcentrados de equipamentos e meios para, por um lado, facilitar a comunicação e acompanhamento durante o período letivo, sobretudo nos concelhos que demonstram maior necessidade. Por outro, promove maior abertura à participação da comunidade, fortalecendo as redes interinstitucionais e desenvolvendo novas formas de engajamento desses atores sociais na definição de políticas públicas, de modo a assegurar a sua viabilização e sustentabilidade.

Nesta perspetiva, o presente projeto complementar tem em vista a concretização dos seguintes objetivos específicos:

i. i. Fortalecer a produção e utilização de dados e evidências;
ii. ii. Promover um planeamento educacional sensível às questões de género e apoio do acompanhamento regular do sector;
iii. iii. Fortalecer a coordenação setorial e o diálogo inclusivo;
iv. iv. Aumentar a eficiência e equidade na gestão de recursos públicos;

v. v. Reforçar a capacidade do sector da educação no seguimento e avaliação dos indicadores da educação**.**

1. Componentes do projeto

Os objetivos estratégicos deste projeto serão operacionalizados em quadro eixos de intervenção, a saber:

1. **Produção e análise de dados e evidências: implementação** efetiva do SIGE em todos os níveis de Educação/Ensino, integração de dados sobre crianças com necessidades educativas especiais e reforço da análise para suporte à formulação de políticas.
2. **Planeamento sensível às questões de género e apoio do acompanhamento regular do sector**: promoção de igualdade de género e inclusão em todos os níveis educacionais e criação do serviço de Seguimento e Avaliação (S&A)de políticas públicas em educação.
3. **Diálogo setorial inclusivo**: fortalecimento do Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE) e institucionalização de Revisões Setoriais Conjuntas (RSC) anuais.
4. **Gestão e eficiência dos recursos públicos**: melhoria na alocação de recursos financeiros e humanos, com foco na equidade e na eficiência.

1.1. Eixo 1: **Produção e análise de dados e evidências**

Em relação aos dados e evidências, constatou-se que o sistema de gestão educacional (SIGE) é funcional e abrangente, disponibilizando dados desagregados por sexo, idade, localização e tipo de escola. Desde 2019, foram introduzidas avaliação de aprendizagem para português e matemática no 2.º e 6.º anos. Além disso, há condições em participar em processo de avaliação internacional em vista a garantir a comparabilidade dos resultados das aprendizagens a nível global. Contudo, existem desafios, como a capacidade limitada para análise e utilização de dados na formulação de políticas, inconsistências em alguns dados publicados, indicando problemas de confiabilidade e, bem assim, a ausência de uma análise aprofundada das disparidades de género na educação.

Neste sentido, o propósito deste eixo é assegurar que os dados recolhidos, processados e analisados pelo sistema educativo sejam consistentes, precisos, relevantes e acessíveis, servindo como base essencial para a tomada de decisão, desenho de políticas públicas e o monitoramento do desempenho do setor. Para alcançar esse objetivo, o eixo contempla diversas iniciativas, começando pela melhoria do processo de sistematização de dados. Isso envolve a consolidação de um módulo de gestão abrangente para todos os níveis de ensino, capacitação sobre o uso de

ferramentas tecnológicas, como aplicativos e planilhas eletrónicas, bem com a garantia de uma recolha digitalizada abrangente, cobrindo desde a Educação Pré-escolar até o ensino técnico-profissional. Além disso, busca-se incluir dados sobre grupos específicos, como crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), residentes em áreas rurais e indicadores relacionados com a equidade e a inclusão. Igualmente, prevê-se institucionalizar um grupo de trabalho, liderado pelo SEPC, em particular, e pela equipa de Estudos e Planeamento, anualmente, reúnem para avaliar o estado de produção dos principais indicadores do setor e propor melhorias sobre a padronização do processo e da metodologia de acesso.

Outro ponto central é o fortalecimento do Sistema de Gestão da Informação, por meio da expansão e modernização do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE). Isso inclui a consolidação de funcionalidades que permitem registar e monitorar informações relacionadas a taxas de matrícula, abandono escolar, resultados de aprendizagem e infraestrutura educativo. O sistema será aprimorado para ser interoperável, acessível e capaz de gerar relatórios e estatísticas automaticamente.

A qualidade dos dados também será aprimorada para garantir a sua confiabilidade e consistência, com a eliminação de inconsistências por meio de validações e auditorias. Serão adotados padrões internacionais de recolha, processamento, armazenamento e análise de dados, permitindo o estabelecimento de comparação a nível regional e mundial. Paralelamente, gestores e técnicos serão capacitados em análise estatística e interpretação de dados, fortalecendo a cultura de decisões baseadas em evidências e o planeamento estratégico.

A produção de relatórios acessíveis e orientados para resultados é outra prioridade. Esses relatórios apresentarão dados desagregados por sexo, localização e outros fatores, disponibilizados para decisores, parceiros de desenvolvimento e a comunidade. Ademais, o eixo prevê a realização de estudos temáticos, a participação em avaliações internacionais e a realização de análise específica para orientar intervenções mais eficazes.

Finalmente, o eixo reforça a utilização dos dados para a formulação de políticas públicas, com ênfase nas áreas críticas identificadas pela análise de evidências e o monitoramento contínuo do impacto das políticas implementadas, ajustando-as conforme necessário, com ênfase nas questões de género e inclusão.

Com isso, pretende-se garantir maior eficiência, equidade e impacto das políticas e programas, fortalecendo o planeamento estratégico, o monitoramento e a avaliação. O resultado esperado é assegurar que os dados coletados, processados e analisados pelo sistema educativo sejam sólidos,

precisos, relevantes e acessíveis em vista a subsidiar a tomada de decisão, o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e o monitoramento do desempenho do setor. Isso inclui:

1. Melhorar o processo de recolha e sistematização de dados.

- Consolidar o módulo de gestão de recolha de dados em todos os níveis de ensino
- Capacitar os gestores educativos sobre o uso de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de gestão de dados ou em planilhas eletrónicas adaptadas ao sistema, em função dos módulos;
- Garantir a recolha de dados digitalizados abrangentes em todos os níveis de ensino (Educação Pré-escolar, Ensino Básico Obrigatório, Ensino Secundário e Ensino Técnico-profissional) com o fito de reduzir erros manuais e aumentar a eficiência;
- Incluir dados sobre grupos específicos, como crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), alunos em áreas rurais, indicadores de género e outros fatores relacionados à equidade e inclusão;
- Adotar padrões internacionais para recolha, armazenamento e análise de dados educativos, permitindo a sua comparação com indicadores regionais e globais.

2. Fortalecer o Sistema de Gestão da Informação

- Expandir e modernizar o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), integrando novas funcionalidades para registar e monitorar informações desagregadas por sexo, como:
  - Taxas de matrícula e abandono escolar;
  - Resultados de avaliação das aprendizagens;
  - Dados sobre infraestrutura e recursos educacionais.
  - Dados sobre ação social e escolar;
- Assegurar que o sistema seja interoperável com outras plataformas e acessível a gestores escolares, técnicos do Ministério da Educação e parceiros;
- Garantir que o sistema permita exportar relatórios e gerar estatísticas automaticamente, com uma abordagem de género.

3. Capacitar profissionais para análise de dados

- Capacitar gestores e técnicos em análise estatística e interpretação de dados / indicadores da educação sob uma perspetiva de género, permitindo identificar tendências, prever desafios e propor soluções baseadas em evidências;
- Promover uma cultura de tomada de decisão baseada em dados, em que as evidências orientem a conceção e implementação políticas e intervenções.

4. Produzir relatórios acessíveis e orientados para resultados

- Publicar relatórios regulares e detalhados sobre o desempenho do setor educativo, com indicadores desagregados por género, localização, idade e outros fatores relevantes;
- Tornar os relatórios acessíveis para decisores parceiros de desenvolvimento e a comunidade em geral;
- Dar prioridade a elaboração de relatórios que proponham soluções específicas para reduzir desigualdades de género identificadas;

5. Realizar avaliação comparativa e estudos temáticos

- Participar de sistemas de avaliação internacionais (como o PISA ou outros mecanismos regionais) para medir o desempenho do sistema educativo em comparação com outros países;
- Realizar estudos específicos, como análise de custo-efetividade, impacto de políticas públicas e fatores que influenciam o abandono escolar por sexo, por forma a orientar intervenções.

6. Garantir a utilização dos dados para a formulação de políticas

- Assegurar que os dados recolhidos e analisados sejam utilizados efetivamente na formulação de políticas públicas e programas, com realce para áreas críticas identificadas através da análise de evidências.
- Monitorar continuamente o impacto das políticas implementadas, ajustando-as com base nos resultados observados.

1.2. Eixo 2: **Planeamento sensível às questões de género e outras questões transversais e apoio do acompanhamento regular do setor**

O Plano Estratégico de Educação (PEE) 2022–2026, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), incorpora uma abordagem sensível às questões de género, refletida em políticas que assegura a continuidade educacional de estudantes grávidas e mães jovens, conforme consta no Decreto-Lei 47/2017. Além disso, observa-se um esforço contínuo para aprimorar a infraestrutura escolar e integrar questões climáticas no planeamento educacional. No entanto, persiste uma lacuna significativa na estruturação de um sistema eficaz de monitorização e avaliação setorial, assim como na realização de reuniões conjuntas regulares para a revisão e acompanhamento do setor da educação.

No que diz respeito à igualdade de género, verificou-se que as raparigas apresentam desempenho superior ao dos rapazes em diversos indicadores, incluindo taxas de matrícula no Ensino Superior. Embora o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG 2021–2026) aborde algumas dessas disparidades, ainda há desafios significativos, como a baixa participação de raparigas em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) e a ausência de estudos que expliquem o baixo desempenho e o abandono escolar dos rapazes.

Para enfrentar esses desafios, é essencial aprimorar o planeamento educativo, incorporando de forma sistemática e estratégica questões transversais como igualdade de género, inclusão, sustentabilidade ambiental, diversidade e equidade. Essa abordagem deve estar presente em todas as etapas do processo, desde o planeamento até a implementação e avaliação de políticas e programas educacionais, garantindo uma educação mais justa, inclusiva e sustentável. Essa abordagem garante que tais questões sejam tratadas como prioridades e abordadas de maneira consistente e eficaz em vista a consolidar um sistema educativo mais inclusivo, equitativo e sustentável.

A integração da igualdade de género é um dos pilares dessa abordagem, uma vez que assegura a promoção de oportunidades iguais para meninos e meninas. Isto inclui a identificação e eliminação e/ou redução de disparidade de género que se reflete na baixa participação de raparigas em áreas STEM, bem como o desenvolvimento de políticas específicas, como a capacitação de professores para combater estereótipos de género e o apoio a raparigas em situações vulneráveis. Paralelamente, a promoção da inclusão visa garantir que todas as crianças, independentemente das suas necessidades especiais, localização geográfica ou condição socioeconómica, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para isso, são implementadas ações como formação de professores para atender às Necessidades Educativas Especiais (NEE), adaptação de currículos, disponibilização de materiais didáticos acessíveis e o envolvimento de comunidades no planeamento educacional.

A sustentabilidade ambiental também ocupa um lugar central nessa abordagem, destacando a necessidade de infraestruturas escolares resilientes às mudanças climáticas e ecologicamente sustentáveis, bem como a inclusão de conteúdos pedagógicos que promovam a preservação ambiental e a gestão consciente dos recursos naturais. Além disso, o fortalecimento da diversidade e equidade são fundamentais, pois, políticas que reconheçam e respeitem a pluralidade cultural, linguística e social do país contribuem para a redução das desigualdades regionais e assegura acesso equitativo à educação tanto em áreas urbanas quanto rurais. Para isso, devem ser estabelecidas métricas que monitorem o impacto das políticas sobre diferentes grupos sociais e geográficos.

É igualmente essencial capacitar gestores, professores e outros profissionais para integrarem essas questões transversais em suas práticas diárias, desde o planeamento até a gestão escolar. Ferramentas e metodologias específicas devem ser incorporadas para assegurar que essas dimensões sejam abordadas de forma eficaz e sustentáveis. Nesse sentido, o monitoramento e a avaliação desempenham um papel crucial, exigindo a definição de indicadores claros e metas específicas que permitam avaliar o progresso e ajustar as políticas.

A participação multissetorial e colaborativa é indispensável para promover um diálogo inclusivo entre diferentes setores governamentais, parceiros locais e internacionais e comunidades. Essa colaboração garante que o planeamento educativo seja integrado a outras áreas, como saúde, proteção social e meio ambiente, resultando em uma abordagem mais abrangente para os desafios enfrentados pelos estudantes. A adoção de uma abordagem transversal no planeamento educativo é, portanto, essencial para construir um sistema mais justo, inclusivo e sustentável. Essa estratégia não apenas responde a desafios locais e globais como mudanças climáticas e desigualdades sociais, mas também prepara o setor educativo para enfrentar as demandas futuras, promovendo justiça social e igualdade de oportunidades.

Outro aspeto importante refere-se à criação de um Sistema de Seguimento e Avaliação (S&A) funcional, com atribuições claramente definidas e suportado por recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados. Esse sistema deverá assegurar o pleno desempenho das suas funções, garantindo o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas educativas definidas no Plano Estratégico de Educação. Além disso, será responsável por realizar a análise setorial, que servirá de base para a elaboração do próximo plano setorial

Principais ações a serem empreendidas:

1. **Integração da Igualdade de Género**
    - Incorporar a perspetiva de género no planeamento e execução das políticas educacionais para garantir igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas.
    - Identificar e abordar as barreiras enfrentadas por estudantes e matéria de género, especialmente em áreas em que persistem lacunas significativas, como a baixa participação de raparigas em STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática).
    - Garantir a criação de políticas específicas, como capacitação de professores para combater estereótipos de género e apoio às raparigas em situações vulneráveis.

2**. Promoção da Inclusão**

- Assegurar que todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais, por sexo, localização geográfica ou situação socioeconómica, tenham acesso à educação de qualidade;
- Planear intervenções que levem em conta Necessidades Educativas Especiais (NEE), adaptação de currículos e disponibilização de materiais didáticos adequados;
- Envolver comunidades e outros grupos sub-representados no processo de planeamento para garantir que suas necessidades sejam consideradas.
- Desenvolver intervenções específicas para apoiar raparigas em situações de vulnerabilidade, como gravidez na adolescência;
- Criar pontos focais em matéria de género, a nível local, que garantam a transversalização da sua abordagem nas diferentes áreas de intervenção e a coordenação/articulação entre os diferentes níveis de gestão.

3. Incorporação da Sustentabilidade Ambiental

- Introduzir ações que promovam a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo mudanças climáticas, gestão de recursos naturais e práticas ecológicas;
- Garantir que as infraestruturas educacionais sejam ambientalmente sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas, especialmente em um contexto de vulnerabilidade, como Cabo Verde e respondam às necessidades especificas de género;
- Promover conteúdos curriculares e práticas pedagógicas que conscientizem sobre a preservação ambiental.

4. Fortalecimento da Diversidade e Equidade

- Planear políticas que reconheçam e respeitem a diversidade cultural, linguística e social do país.
- Implementar medidas que reduzam desigualdades regionais, assegurando o acesso equitativo em áreas urbanas e rurais.
- Estabelecer métricas claras de equidade para monitorar o impacto das políticas sobre diferentes grupos sociais e geográficos por sexo.

5. Capacitação para Questões Transversais

- Treinar gestores, professores e outros profissionais do setor educativo para que compreendam a importância das questões transversais e saibam como integrá-las nos currículos, práticas pedagógicas e gestão escolar.
- Garantir que o planeamento inclua ferramentas e metodologias específicas para abordar questões transversais de maneira eficaz, com ênfase na planificação e orçamentação sensível ao género.

6. Seguimento e Avaliação

- Criação da Unidade de Seguimento e Avaliação (S&A) do Sistema Educativo;
- Estabelecer indicadores e metas que incluam variáveis relacionadas com o género, inclusão, sustentabilidade e diversidade.
- Seguir a implementação do Plano Estratégico de Educação (PEE)
- Avaliar o impacto das políticas e ações, incluindo as questões transversais, ajustando-as sempre que necessário para garantir resultados positivos e sustentáveis, além de liderar o processo de elaboração do próximo Plano Estratégico de Educação (PEE).

7. Participação Multissetorial e Colaborativa

- Promover um diálogo inclusivo entre diferentes setores governamentais, parceiros locais e internacionais e comunidades para alinhar esforços em questões transversais;
- Garantir que o planeamento educativo esteja conectado a outras áreas, como saúde, proteção social e meio ambiente, para tratar de forma integrada os desafios enfrentados pelos estudantes e suas comunidades.

1.3. Eixo 3: **Diálogo setorial inclusivo**

No âmbito da coordenação do setor, o Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE), criado em 2014, é o principal mecanismo de coordenação e inclui diversas partes interessadas, as quais conjugam esforços contínuos para reforçar o diálogo e a coordenação setorial. Contudo, o GPLE tem funcionado principalmente para partilhar informações, tendo tido pouca relevância na monitorização e ação coordenada entre os intervenientes. Ademais, as revisões setoriais conjuntas

(RSCs) não são realizadas regularmente, o que limita o acompanhamento e a responsabilização no processo de implementação das ações.

O fortalecimento do diálogo setorial inclusivo no setor educativo tem como objetivo promover uma colaboração mais participativa, engajada e eficaz entre todas as partes interessadas, garantindo que as políticas e programas sejam desenvolvidos e alinhados com as necessidades reais do setor. Para isso, duas iniciativas-chaves são destacadas: o fortalecimento do Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE) e a institucionalização de Revisões Setoriais Conjuntas (RSC) anuais, apoiadas tecnicamente pela unidade de Seguimento e Avaliação.

O fortalecimento do GPLE visa consolidar a articulação entre o governo, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e outros atores relevantes no planeamento, execução e monitoramento das políticas educacionais. A intenção é criar um espaço de diálogo contínuo, onde diferentes perspetivas possam ser compartilhadas, promovendo a identificação de prioridades comuns, a coordenação de esforços e o alinhamento de recursos para maximizar o impacto das intervenções no setor.

Por sua vez, as Revisões Setoriais Conjuntas (RSC) anuais têm como propósito institucionalizar um processo de avaliação participativo, que permita monitorar os avanços, identificar os desafios e ajustar as estratégias de forma transparente e colaborativa. Essas revisões reúnem todas as partes interessadas para discutir os resultados alcançados, analisar indicadores de desempenho e propor soluções baseadas em evidências. Com isso, as RSC garantem um ciclo contínuo de melhoria e responsabilização, fortalecendo a governança e a eficiência no setor educativo.

Em suma, essas ações promovem um diálogo inclusivo, transparente e baseado em evidências, fortalecendo a capacidade do sistema educativo de responder às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir que todos os atores tenham vez e voz na construção de um setor educacional mais equitativo e sustentável. Com efeito, preconiza-se:

1. **Fortalecimento do Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE)**
    - Criar um quadro normativo que define o funcionamento do GPLE e estabelece os termos para realização Revisões Setoriais Conjuntas (RSC) anuais, que promovam a participação equilibrada de mulheres e homens;
    - Garantir a observância do regulamento interno, tanto em termos de eleição dos órgãos instituídos, como em matéria de participação como membro do GPLE;
    - Estabelecer um calendário anual de reuniões quer para realização dos encontros ordinários/extraordinários, quer em relação aos temas definidos;

- Incluir novos parceiros: como entidades privadas, ONGs, que trabalhem em prol da promoção da igualdade de género, associações comunitárias e representantes de docentes, pais, mães, encarregados de educação e estudantes , assim como potenciais parceiros técnicos financeiros por áreas de interesse,
- Criar uma plataforma que permite a manifestação de interesse para integração enquanto membro do GPLE.

2. **Formação e Capacitação dos Atores Setoriais**

- Realizar oficinas sobre os objetivos e indicadores do Pacto de Parceria e como colaborar para atingi-los, com destaque para as questões relacionadas à inclusão, igualdade de género, e gestão baseado em resultados e facilitação de reuniões;
- Realizar campanhas de conscientização para destacar o impacto da colaboração no alcance dos objetivos educativos.

3. **Fortalecimento da Coordenação Intersectorial**

- Formar comissões específicas para discutir temas prioritários tais como: planeamento, financiamento, inclusão, igualdade de género e qualidade da educação;
- Promover o diálogo entre os setores de saúde, proteção social e meio ambiente para abordar questões interligadas, como nutrição escolar, transporte e infraestrutura.

4. **Institucionalização do mecanismo de reforço de seguimento e avaliação de politicas sectorial, sob a liderança da unidade de Seguimento e Avaliação**

- Reunir atores locais, nacionais e internacionais para avaliar os progressos do Plano Estratégico da Educação (PEE);
- Apresentar relatórios de desempenho com base em dados confiáveis e desagregados;
- Criar no seio do portal da educação uma Plataformas Digitais para Diálogo e Informação sobre o desempenho do sector;
- Disponibilizar relatórios, indicadores e metas para consulta pública.
- Promover seminários, conferências ou painéis para disseminar os resultados e incentivar o debate;
- Usar ferramentas de comunicação, videoconferência para aumentar o alcance do diálogo.

5.**Apoio Logístico e Estrutural**

- Garantir que as reuniões do GPLE e das RSC tenham infraestruturas adequadas (espaço, tecnologia e materiais);
- Facilitar o transporte e hospedagem para que representantes de municípios mais afastados participem ativamente.

3.4 Eixo 4: **Gestão e eficiência dos recursos públicos**

No que se refere ao financiamento e aos recursos destinados à educação, constatou-se que aproximadamente 5% do PIB é investido nesse setor, atendendo ao valor de referência estabelecido pelo GPE. Além disso, 92% desse financiamento provém de recursos internos, refletindo uma baixa dependência de fontes externas. No entanto, observa-se uma redução na proporção do orçamento público alocada à educação, que passou de 22,3%, em 2019, para 15,9%, em 2023. Uma análise mais aprofundada do orçamento público revela, porém, que a função educacional foi expandida para áreas como a proteção social — por meio da subsidiação da educação de infância e do apoio às famílias com vista a garantir o acesso à educação em todos os níveis de ensino— e o desenvolvimento do capital humano, com investimentos direcionados para a formação profissional e emprego jovem.

Entre as recomendações, destaca-se a necessidade de reforçar a capacidade do setor na elaboração de quadros de despesas e relatórios programáticos alinhados com os objetivos estratégicos, bem como a promoção da integração de ferramentas de monitoramento e avaliação em todos os níveis do sistema educativo. Recomenda-se, igualmente, ampliar a fiscalização interna para garantir a execução dos planos em consonância com os objetivos definidos e reforçar a autonomia dos serviços centrais, locais e escolas mediante a partilha do poder decisório e a implementação de ferramentas de acompanhamento. Sugere-se também o desenvolvimento de *dashboards* no SIGOF para facilitar a análise de dados em tempo real e a identificação de obstáculos enfrentados por projetos com menor taxa de execução, especialmente os financiados por empréstimos. Por fim, propõe-se concentrar esforços nas áreas e níveis de maior impacto nos indicadores-chave, tais como: taxas de acesso, permanência e desempenho. Essas medidas visam aprimorar a eficiência, a eficácia e a prestação de contas no financiamento e gestão da educação no país.

A melhoria da gestão e eficiência dos recursos públicos no setor educativo busca garantir que os investimentos disponíveis sejam utilizados de forma estratégica e responsável, maximizando os benefícios e promovendo uma educação de qualidade para todos. Esse eixo enfatiza a importância de planear, alocar e monitorar os recursos de maneira transparente, eficaz e baseada em evidências, assegurando que as políticas e programas educacionais sejam sustentáveis e atendam às reais necessidades do setor.

Um dos objetivos principais é desenvolver um planeamento orçamental eficiente, dando prioridade às alocações que respondam às demandas mais urgentes, como a melhoria das infraestruturas, a formação de professores e a disponibilização de materiais pedagógicos. Para isso, sistemas de previsão orçamental baseados em dados são implementados, permitindo ajustes antecipados e reduzindo desperdícios. Paralelamente, a transparência e a prestação de contas são fortalecidas, com a divulgação regular de dados financeiros e a realização de auditorias independentes, promovendo a confiança pública e a *accountability.*

A digitalização dos processos de gestão é outro elemento central, com a adoção de ferramentas tecnológicas que permitem o monitoramento em tempo real da execução dos recursos. A automatização de processos administrativos, como gestão de pessoal e compras, também é fundamental para aumentar a eficiência e reduzir erros manuais. Essas opções são complementadas com a capacitação de gestores e técnicos nas áreas de gestão financeira, análise de custos e planeamento estratégico em vista a promover uma cultura de responsabilidade no uso dos recursos.

Parcerias público-privadas (PPP) são incentivadas para mobilizar recursos adicionais e complementares aos investimentos públicos que devem ser sejam regulamentados e alinhados com as prioridades educacionais. Ao mesmo tempo, sistemas de monitoramento contínuo e análises de custo-efetividade são implementados para avaliar o impacto dos investimentos, permitindo ajustes sempre que necessário para maximizar os resultados.

A descentralização da gestão de recursos é outro ponto-chave para fortalecer a autonomia dos agrupamentos educativos, atendendo as demandas locais de forma mais ágil e eficaz, sempre com o suporte técnico necessário e mecanismos de supervisão. Além disso, são adotadas medidas rigorosas para reduzir desperdícios, como controlo eficiente de estoques e compras centralizadas, através de sistemas de alerta e fiscalização, com o fito de prevenir fraudes.

Em síntese, este eixo procura criar um sistema educacional mais eficiente, transparente e responsável, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados para promover uma educação inclusiva, equitativa, de qualidade e que garante a igualdade de género. A melhoria da gestão fortalece a confiança na Administração Pública e contribui para a construção de um sistema sustentável, capaz de fazer face aos desafios presentes e futuros através de:

1. **Reforçar o Planeamento Orçamental**

- **Implementar o Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) mediante** projeção financeira plurianual para alinhar recursos com as metas estratégicas do setor educativo;
- Realizar atualizações anuais do QDMP para ajustar previsões de despesas e receitas;
- Elaborar planos orçamentais anuais detalhados por nível de ensino e programas, incluindo objetivos específicos por concelho/unidade educativa e que sejam sensíveis ao género.

2. Aumentar a Transparência e Prestação de Contas

- Divulgar dados detalhados sobre a execução orçamental, desagregados por tipo de despesa, região e nível de ensino;
- Garantir revisão periódica para identificar ineficiências e áreas de desperdício;
- Permitir que a sociedade civil e outros stakeholders acompanhem a alocação e o uso dos recursos, sobretudo a nível dos agrupamentos;
- Capacitar escolas para gerirem parcelas do orçamento, com autonomia e responsabilidade.

3. **Fortalecer o Monitoramento e Avaliação Financeira**

- Criar métricas para monitorar despesas por estudante/sexo, custo por nível de ensino e eficiência dos programas;
- Expandir o uso do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) para monitorar, em tempo real, a execução orçamental, orientada para as exigências do sector educativo;
- Investir no desenho de um módulo de acompanhamento da gestão orçamental e financeira automatizado, adaptado às exigências sectoriais para melhorar a eficiência na gestão de despesas e receitas;
- Avaliar a viabilidade financeira de programas e projetos antes de sua implementação;
- Direcionar recursos para regiões com maiores desigualdades, como áreas rurais ou comunidades desfavorecidas;
- Garantir que a distribuição de recursos financeiros e humanos seja baseada em necessidades objetivas e alinhada aos objetivos estratégicos.

5. **Capacitar Gestores e Técnicos**

- Promover a formações sobre gestão orçamental e financeira **sensível ao género**: monitorização e a avaliação financeira;

- Reforçar as competências gestores nos diferentes níveis de intervenção em sistematização de dados e análise de indicadores financeiros para orientar decisões baseadas em evidências;
- Capacitar gestores nos diferentes níveis de intervenção em matéria de **redução de desperdícios e combater ineficiências.**

6. **Mobilizar Recursos Adicionais**

- Atrair investimentos externos e desenvolver projetos em conjunto com empresas e ONGs, sobretudo a nível micro, tendo em vista o financiamento dos projetos educativos.
- Explorar mecanismos tais como parcerias público-privadas e doações de organizações internacionais.

2. Teoria da Mudança

A Teoria de Mudança para o projeto educativo em Cabo Verde está estruturada para transformar o sistema educativo nacional, promovendo equidade, inclusão, eficiência e sustentabilidade, com ênfase na Educação Pré-escolar e no 1.º ciclo do Ensino Básico Obrigatório (EBO). Este modelo busca assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, proporcionando as bases necessárias para o aprendizado nos ciclos subsequentes e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico do país.

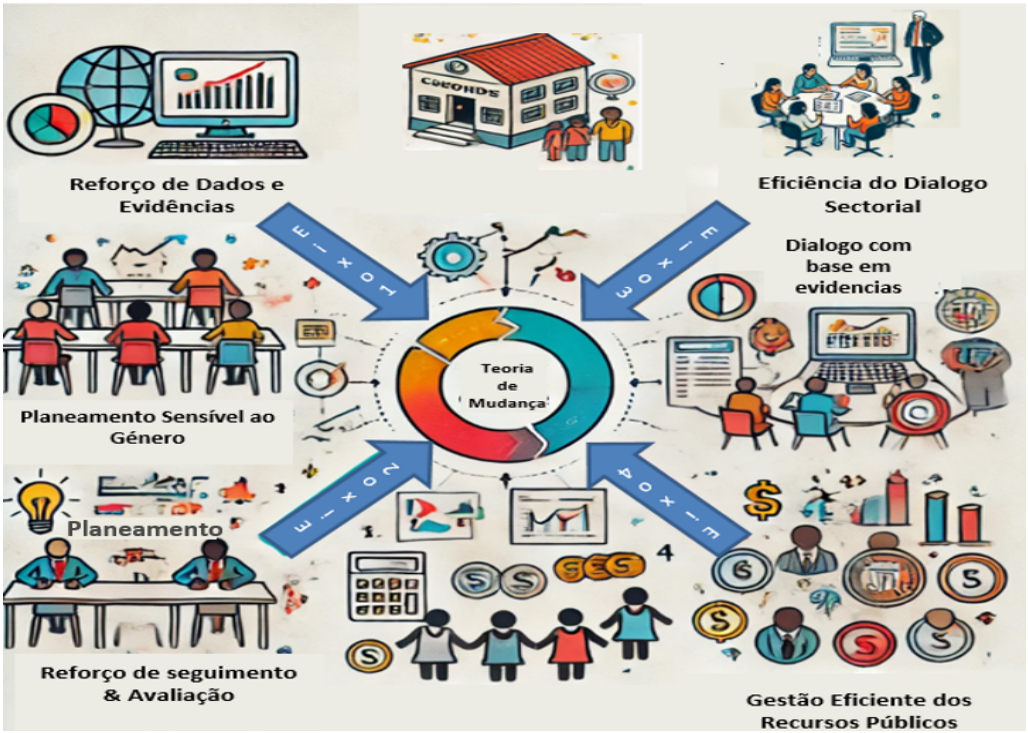
As intervenções do projeto assentam em quatro eixos principais. O primeiro, é a produção e análise de dados e evidências, que visa fortalecer o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), garantindo que todos os níveis de ensino sejam abrangidos e que os dados sistematizados sejam consistentes, relevantes e acessíveis. Nesse contexto, as ações previstas incluem a consolidação do SIGE, aliada à capacitação de gestores e técnicos para o uso estratégico de evidências na formulação de políticas. Além disso, busca-se fortalecer a produção de relatórios desagregados por género, localização e outros fatores relevantes, permitindo uma análise mais aprofundada e abrangente das diversas dimensões do diagnóstico do Setor Educativo (DSE).

O segundo eixo foca no planeamento educacional sensível às questões de género, promovendo igualdade de oportunidades para meninos e meninas e combatendo estereótipos de género no ambiente escolar. Intervenções específicas são direcionadas para reduzir disparidades, especialmente em áreas como STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), garantindo inclusão plena e suporte às populações mais vulneráveis.

O terceiro eixo abrange o diálogo setorial inclusivo, que busca fortalecer a colaboração entre os diferentes atores do setor educativo, como o governo, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e comunidades. Este diálogo será sustentado pelo fortalecimento do Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE) e pela institucionalização de Revisões Setoriais Conjuntas (RSC), assegurando que as políticas sejam desenvolvidas de forma participativa e orientada por resultados.

O quarto e último eixo está relacionada à melhoria da gestão e eficiência dos recursos públicos, com a implementação de sistemas avançados de gestão orçamental e financeira. Isso inclui a digitalização de processos administrativos, a capacitação de gestores em planeamento estratégico e a promoção de parcerias público-privadas para mobilização de recursos adicionais. O objetivo é garantir que os investimentos no setor sejam alocados de maneira equitativa e eficiente, com especial atenção às políticas voltadas para a universalização do pré-escolar, maximizando os benefícios para a população.

Figura 1 Contexto "Teoria de Mudanças"



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas mudanças para transformação do sistema educativo nacional.

Com essas intervenções, o projeto pretende gerar resultados de curto prazo, a saber: dados confiáveis e acessíveis para a tomada de decisão, maior conscientização sobre questões de género e inclusão, participação ativa dos atores no planeamento educacional e melhorias na gestão de recursos públicos. Esses resultados imediatos criarão as bases de impacto a médio prazo, incluindo a redução de disparidades de género, a inclusão efetiva de crianças com necessidades educativas especiais (NEE), a melhoria do desempenho escolar no subsistema Pré-escolar e no 1.º ciclo do EBO e o aumento da confiança pública no sistema educativo.

A longo prazo, o projeto almeja transformar o sistema educativo de Cabo Verde, garantindo que seja equitativo, inclusivo, eficiente e sustentável. Espera-se a universalização da Educação pré-escolar, a melhoria substancial na qualidade das aprendizagens no 1.º ciclo do EBO e a construção de um modelo educativo preparado para enfrentar os desafios do futuro. Esse modelo, além de atender às demandas nacionais, estará alinhado aos padrões internacionais, contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em matéria de educação.

A execução bem-sucedida desta Teoria de Mudanças depende do comprometimento das partes interessadas, da sustentabilidade das reformas e do financiamento adequado. O projeto também assume que haverá um ambiente político e social favorável para a implementação das medidas propostas, bem como a colaboração ativa de todos os atores envolvidos no setor educativo.

Estratégias do setor:

Fortalecer a produção e utilização de dados e evidências:

Baseia-se principalmente no fortalecimento da produção e utilização de dados e evidências, com a ampliação do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) para todos os níveis de ensino e a integração de dados sobre alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), que será objeto de regulamentação através de uma portaria. Essa iniciativa busca reforçar a análise de dados educacionais como suporte ao desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas e implementar mecanismos de avaliação comparativa alinhados aos padrões internacionais em vista a melhorar a qualidade da educação.

Promover um planeamento educacional sensível às questões de género

O segundo objetivo estratégico visa promover um planeamento educativo sensível às questões de género. Para isso, preconiza-se o desenvolvimento de políticas e estratégias que assegurem uma abordagem holística em matéria de planeamento do setor, como: acesso universal à educação, qualidade do processo de ensino-aprendizagem (com foco no currículo e na formação de docentes), sustentabilidade financeira e projeção demográfica, tendo sempre em atenção a problemática de género. A integração de uma perspetiva de género no processo de ensino-aprendizagem será assegurada pela capacitação de gestores e professores, com foco na redução das disparidades de género em áreas como STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação). Essa abordagem holística visa garantir que as políticas educacionais promovam não somente igualdade de oportunidades, mas também um ambiente inclusivo e de qualidade para todos.

Fortalecer a coordenação setorial e o diálogo inclusivo

Com este objetivo pretende-se fortalecer a coordenação setorial e o diálogo inclusivo. Isso inclui a ampliação da funcionalidade e do impacto do Grupo de Parceiros Locais da Educação (GPLE), promovendo um diálogo mais participativo e orientado a resultados. Também está prevista a institucionalização de Revisões Setoriais Conjuntas (RSC) anuais para avaliar o progresso do setor, garantindo maior responsabilização e transparência. Além disso, será incentivada a articulação entre os serviços centrais e descentralizados e outros atores do setor educativo (forças vivas da comunidade educativa).

Aumentar a eficiência e equidade na gestão de recursos públicos

O quarto objetivo estratégico visa aumentar a eficiência e equidade na gestão de recursos públicos. As intervenções incluem a melhoria da alocação de recursos financeiros e humanos com base em critérios de equidade e eficiência, bem como a otimização dos gastos públicos para garantir maior impacto das políticas e programas educativos. Também será dada prioridade à mobilização de recursos adicionais e a diversificação das fontes de financiamento para assegurar a sustentabilidade do sistema educativo.

Reforçar a capacidade do setor da educação no seguimento e avaliação dos indicadores da educação

Por fim, o quinto objetivo consiste em reforçar a capacidade do setor da educação no seguimento e avaliação dos indicadores educacionais. Isso será alcançado por meio do desenvolvimento de um sistema integrado de monitoramento e avaliação (M&A), da capacitação de profissionais para o seguimento e análise de indicadores, bem como o aprimoramento da divulgação e uso de dados através de sistemas automatizados, facilitado assim, a tomada de decisões baseadas em dados, garantindo maior eficiência na gestão educativa. Ademais, será promovida a integração de indicadores regionais e internacionais e o reforço do setor com meios de mobilidade para apoiar as delegações escolares no processo de seguimento local.

2.1.Cadeia de mudanças esperadas

Os resultados esperados com a concretização dos quatro eixos estratégicos acima referidos prendem-se com o aumento do acesso universal à educação, a melhoria da qualidade no processo de ensino-aprendizagem, a redução das desigualdades e a promoção de um sistema educativo mais inclusivo, eficiente e sustentável. Estes resultados incluem dados educacionais confiáveis e acessíveis, maior participação dos atores no planeamento setorial, expansão do acesso redução da repetência escolar e maior confiança pública no sistema educativo, criando assim as condições para o comprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Estes resultados (imediatos/intermédios) permitem ao sistema educativo nacional dar um salto qualitativo em termos de inclusão, democraticidade, qualidade e sustentabilidade.

2.2.Riscos e estratégias de mitigação

Riscos	Estratégias de mitigação
Resistência à implementação de novas práticas e políticas educativas	Realizar campanhas de sensibilização e formação para promover a aceitação das mudanças entre gestores, professores e comunidades.
Limitações financeiras para sustentar as intervenções propostas a longo prazo.	Diversificar fontes de financiamento, estabelecendo parcerias com o setor privado e organizações internacionais.
Desigualdades regionais que dificultam a execução uniforme do projeto.	Dar prioridade na implementação às regiões mais vulneráveis, garantindo suporte técnico adicional e monitoramento contínuo.
Dificuldades em obter engajamento de todos os atores do setor educativo.	Criar plataformas de participação inclusivas para envolver diferentes atores e promover a transparência no processo de tomada de decisão.
Instabilidade política ou socioeconómica que impacta o ambiente educacional.	Monitorar constantemente o contexto político e socioeconómico, ajustando as intervenções de forma permanente para garantir a continuidade do projeto

3. Disposições institucionais para a execução, o acompanhamento e a avaliação do programa adicional de reforço institucional.

Para garantir a eficácia das ações previstas neste projeto, a sua execução será gerida pela Equipa de Gestão do PAREP-CV. Esta unidade será responsável pelo planeamento, coordenação e monitoramento das atividades, assegurando que todas as ações sejam realizadas de acordo com o cronograma estabelecido e os recursos disponíveis. Embora goze de autonomia técnica e financeira, a Equipa de Gestão estará sob a supervisão da Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG), em estreita colaboração com o UNICEF, enquanto parceiro estratégico.

A implementação do programa será realizada em articulação com diferentes entidades e intervenientes, tanto a nível central quanto local, designadamente:

- Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG): supervisão e articulação estratégica;
- Direção Nacional da Educação (DNE): apoio técnico e alinhamento às políticas educacionais;
- Direção Geral de Tecnologias, Comunicação e Multimédia (DGCTM): integração de tecnologias e apoio na comunicação educativa;
- Intervenientes Locais: incluem as Delegações do Ministério da Educação, Câmaras Municipais e os estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Ensino Básico Obrigatório, responsáveis pela implementação e adaptação das ações no contexto local.

Essa estrutura de governação foi desenhada para assegurar que o programa alcance os seus objetivos de maneira eficiente e alinhada com as necessidades dos beneficiários, promovendo a sinergia entre os diferentes atores envolvidos.

Neste sentido, a Equipa de Gestão do PAREP-CV, no quadro das suas funções, será responsável para:

- Garantir a implementação das atividades do projeto de acordo com o plano de ação estabelecido e conforme as exigências previstas em matéria de *procurement.*
- Realizar a monitorização contínua do projeto, recolhendo e analisando indicadores de desempenho e ajustando as atividades, sempre que necessário.

- Assegurar uma comunicação eficaz com todos os parceiros e partes interessadas, mantendo-os informados sobre o progresso do projeto, em coordenação com o agente parceiro de execução do Programa
- Garantir o cumprimento dos prazos e orçamento estabelecidos, realizando a gestão financeira e administrativa do projeto;
- Preparar relatórios periódicos de execução programática e financeira para serem submetidos aos financiadores e às partes interessadas.
- Solicitar o desembolso de função de acordo com o plano de ação aprovado no Programa.

Serão estabelecidos mecanismos de comunicação e coordenação entre todos os intervenientes do Programa, de modo a garantir uma colaboração eficaz e uma resposta rápida a eventuais desafios ou contratempos que possam surgir ao longo da implementação do mesmo. Além disso, será realizada uma avaliação contínua, de modo a identificar eventuais ajustes a serem feitos no planeamento inicial, de modo a garantir que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente e eficaz.

Uma rotina de consulta e atualização regular do programa permitirá um acompanhamento constante ao longo dos 2 anos de implementação do programa:

- Relatórios técnicos e financeiros mensais, trimestrais e anuais;
- Avaliação financeira semestral;
- Revisão nacional anual conjunta do sector com todos os grupos de partes interessadas no sistema (GLPE), funcionários eleitos, gestão de delegações, associações de pais e professores, especialistas, ONG, sociedade civil, sindicatos, etc.

As principais ferramentas para a implementação do programa são: Plano de Ação orçamentados (anuais) e o Plano de monitorização e avaliação. A monitorização do desempenho será registada mediantes relatórios de execução programática e financeira do projeto, assim como as melhorias que estas ações terão no sistema, a curto médio e longo prazo.

No final de cada ano, o plano anual para o ano seguinte será validado e as recomendações para melhorar a sua implementação e a monitorização serão validadas por todos os grupos de partes interessadas sob a forma de assistência. Estas recomendações serão sujeitas à verificação específica de um ano para o outro durante a revisão conjunta (% de implementação efetiva das recomendações do ano N-1).

Esta abordagem de gestão integrada e colaborativa do programa visa potenciar os recursos disponíveis e garantir o sucesso da implementação e contribuir para a melhoria sustentável do

sistema educativo, beneficiando o sector enquanto um todo em matéria de planeamento, gestão e monitorização.